

Empresário teme a estabilidade

A economia brasileira vai viver uma estagnação irrecuperável, com demissão de 5 a 6 milhões de empregados em todo o País. Essa é a previsão feita pelo empresário carioca José Carlos Fragoso Pires, presidente do Grupo Fragoso Pires e membro do Conselho Diretor da recém-criada União Brasileira de Empresários (UBE), da consequência que seria provocada pela adoção no Brasil da estabilidade no emprego, medida que já foi aprovada pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte.

Fragoso Pires dirige um grupo de empresas que operam em vários Estados do País, nos ramos da indústria, comércio, exportação, transporte marítimo, reflorestamento e agropecuária, e garante que nenhum empresário nacional ou estrangeiro vai pretender investir na ampliação dos seus negócios se tiver preso à obrigação de manter sua mão-de-obra intocável.

— A economia é por si só uma atividade dinâmica e é impossível imaginar que uma empresa possa manter, durante um período de crise, o mesmo número de pessoal que empregava em uma época de aquecimento do mercado em que atue — afirmou o empresário, observando que até o empresário provar na Justiça uma demissão por justa causa, baseada em “fato econômico intransponível, razão tecnológica ou infortúnio da empresa”, sua empresa já terá acumulado prejuízos suficientes para levá-la à falência.

As demissões em massa, segundo Fragoso Pires, são a consequência natural que seria provocada imediatamente ao anúncio de que a estabilidade fosse se tornar obrigatória no País. Segundo o empresário, “a primeira reação deverá ser um enxugamento das empresas, que passarão a empregar criteriosamente o mínimo indispensável para manter seu funcionamento. “Deverão ser cortadas to-

das as facilidades extra-legais hoje existentes, como restaurantes, serviços médicos, serviços de conservação, cursos técnicos, etc., e procurarão contratar com autônomos ou firmas pequenas com menos de 10 empregados, os serviços de manutenção, vigilância, entre outros indispensáveis à empresa.

Fragoso Pires compara o Brasil com estabilidade no emprego com Portugal, há 13 anos atrás, quando o País fez uma opção frustrada por esse sistema e que até hoje luta para consertar os prejuízos que provocou, mas que levará mais 5 a 7 anos para chegar ao ponto em que estava há 20 anos. “No Brasil, um desastre desses provoca uma estagnação prolongada e como nós não temos controle de natalidade e precisamos criar anualmente dois milhões de novos empregos no País, em 20 anos teríamos cerca de 40 milhões de desempregados.

Além dessas consequências, o presidente do Grupo Fragoso Pires também prevê como consequência da implantação da estabilidade no emprego, o ingresso das empresas em um processo de perda de eficiência e decadência industrial que combinará com o esvaziamento econômico do País — o capital estrangeiro não vem e o nacional foge para o Exterior.

Para o empresário José Carlos Fragoso Pires, em lugar de aprovar a estabilidade no emprego, a Constituinte deve é votar o fim da estabilidade dos funcionários públicos. “No serviço público, a estabilidade é responsável pela ineficiência e ajuda a encobrir funcionários displicentes”, observou. Fragoso Pires está otimista de que o novo regimento votado na Assembleia Nacional Constituinte contribua para que a estabilidade no emprego seja rejeitada, mas acha que a opinião pública não deve deixar de ser esclarecida sobre as suas consequências nefastas para a economia do País, caso venha ser aprovada.

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE

29 DEZ 1987